

COMÉRCIO AGRÍCOLA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Maria Auxiliadora de Carvalho¹

César Roberto Leite da Silva²

José Roberto Vicente³

RESUMO: Este trabalho discute a questão da vulnerabilidade externa da economia brasileira sob o enfoque da CEPAL. A parte empírica analisa as mudanças ocorridas na composição do comércio internacional de produtos e insumos agrícolas na década de 1990. Conclui que após a liberalização comercial as trocas internacionais foram desfavoráveis para o Brasil. As importações cresceram muito mais que as exportações e a análise por fator agregado mostra que, ao contrário do desejável para o desenvolvimento econômico, houve maior crescimento das importações de manufaturados e das exportações de produtos básicos e semimanufaturados. Essa tendência foi observada no comércio geral, agrícola e de insumos. A agricultura no agregado pôde sustentar saldos comerciais positivos devido ao grande crescimento do volume exportado, uma vez que as relações de troca foram desfavoráveis. O comércio de insumos empregados na agricultura apresentou déficits expressivos e crescentes devido ao grande crescimento da quantidade importada de bens de consumo intermediário.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento econômico, comércio internacional, agricultura.

ABSTRACT: This paper aims to analyze Brazilian external vulnerability with CEPAL frameworks. The empirical part analyze products and inputs trade composition during 1990 decade. It concludes that after comercial liberalization the international trade were unfavorable to Brazil. Imports grew faster than exports and the analysis by added factor showed, on the contrary to desirable for economic development, bigger growth of manufactured imports and of basic and semi-manufactured products exports. The same tendency has been observed to trade in general and to agricultural products and inputs. The agribusiness trade could sustain superavit trade balance due to intense growth of export volume, since terms of trade were unfavorable. Agricultural inputs trade showed significant and increasing deficits due to large volume growth imports.

KEY WORDS: Economic development, internacional trade, agriculture.

¹ Instituto de Economia Agrícola

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Instituto de Economia Agrícola

³ Instituto de Economia Agrícola

1. INTRODUÇÃO

A década de 1940 marca o início da preocupação teórica acerca do desenvolvimento econômico da América Latina. Neste mesmo período chegou-se à conclusão que, sob liberdade de comércio, as economias primário-exportadoras não eram capazes de absorver os frutos do progresso técnico devido à secular deterioração das relações de troca entre suas exportações e importações. Em outras palavras, ao longo do tempo, com as exportações de produtos primários os países periféricos perdiam capacidade de pagar pelas importações de bens manufaturados procedentes das economias centrais. A explicação para isso estaria nas fases do ciclo econômico e nas diferenças de poder dos sindicatos da classe trabalhadora entre as economias centrais e periféricas.

A partir dessa argumentação teórica a conclusão é que a América Latina estaria fadada ao permanente subdesenvolvimento caso não fossem tomadas medidas para reverter as tendências observadas até então. Do entendimento que o problema estava na especialização em produtos primários, caberia ao governo interferir no processo criando barreiras às importações e a infraestrutura básica para estimular a industrialização.

Após quase meio século de crescente inserção do governo na economia brasileira e de práticas protecionistas rigorosas com vistas ao desenvolvimento por substituição de importações, o país não foi capaz de conquistar a independência externa, problema estrutural cujas origens remontam à formação do Estado brasileiro. Além disso, a estratégia escolhida implicou forte endividamento externo, arrefecimento do ritmo de crescimento econômico e processo inflacionário persistente.

Com a renegociação da dívida externa e a adoção do Plano Real, em 1994, o Brasil passou por uma etapa de relativo otimismo. Parecia que, após inúmeras tentativas frustradas, a inflação finalmente fora debelada e se poderia vislumbrar um horizonte de estabilidade e crescimento econômico. Durante alguns meses esse otimismo quanto ao futuro foi causa e efeito de grande influxo de capitais para o país.

O primeiro alerta que as perspectivas não eram tão positivas aconteceu em dezembro do mesmo ano, quando o México enfrentou dificuldades para financiar seu déficit em transações correntes. A esse episódio seguiu-se forte movimento especulativo, com fuga de capitais de países como o Brasil, dependentes de poupança externa.

Essa situação foi rapidamente contornada e o país pôde continuar absorvendo poupanças do resto do mundo com facilidade, pelo menos até a crise da Ásia, em julho de

1997⁴. Até então os lucros elevados obtidos pelos investidores tornavam o Brasil e outras nações menos desenvolvidas, pólos de atração dos capitais internacionais. A crise reverteu expectativas de retorno dos capitais investidos, particularmente naquelas nações que, como o Brasil, apresentavam crescimento acelerado da dívida externa.

A fuga de capitais e o ataque especulativo sobre a moeda brasileira, que sucederam à crise da Ásia, foram neutralizados por algum tempo pelo aporte de recursos do FMI. Seguiu-se uma etapa de ajuste recessivo nos moldes recomendados pelo Fundo, buscando o equacionamento do problema externo. Desde então a prioridade do governo tem sido gerar divisas para honrar os compromissos externos e reduzir a dependência de poupança do resto do mundo.

Essa sucessão de fatos permite inferir que, apesar de décadas de ingentes esforços para debelar o subdesenvolvimento, o problema persiste, tão ou mais grave do que no passado. No período recente o país atravessa mais um período de grande vulnerabilidade externa em que a agricultura volta a ser o setor mais promissor como provedora de divisas⁵. Considerando o crescente grau de inserção internacional do setor, o velho problema da dependência de produtos primários, que motivou as políticas protecionistas no passado, recupera importância e complexidade, até porque o próprio setor primário hoje padece de dependência tecnológica e financeira.

A proposta deste trabalho é analisar as mudanças ocorridas na composição do comércio internacional de produtos e insumos agrícolas na década de 1990 quanto à agregação de valor e relações de troca. A idéia é concorrer para a análise do resultado líquido da contribuição da agricultura sobre o ajustamento externo da economia brasileira.

A primeira parte apresenta um resumo dos fatos que explicam a vulnerabilidade externa da economia brasileira, enfatizando a contribuição da CEPAL no esforço de analisar essa fragilidade. A parte seguinte mostra a evolução dos indicadores do comércio agrícola na década de 1990, buscando evidências para a hipótese que a dependência da agricultura ainda condiciona o desenvolvimento da economia brasileira, fato que foi agravado pela liberalização comercial.

⁴ A dívida externa brasileira total registrada evoluiu de cerca de US\$114 bilhões em 1993, para mais de US\$ 168 bilhões em 1997, apresentando crescimento médio anual de 10% no período. O auge aconteceu em 1998, quando ultrapassou US\$ 220 bilhões, sendo grande parte desse acréscimo resultante de acordo com o FMI.

⁵ As estatísticas da década passada mostraram que a agricultura foi o único setor superavitário nas trocas internacionais, mesmo na etapa de forte apreciação da moeda brasileira que sucedeu ao Plano Real.

2. ANTECEDENTES DA VULNERABILIDADE EXTERNA

As razões que levaram à adoção do processo de substituição de importações na América Latina remontam à crise da década de 1930. Historicamente a região tinha sua dinâmica econômica dependente do desempenho das exportações de produtos primários, mas essa crise provocou queda dos preços internacionais desses produtos, bem como do volume de suas exportações⁶. A conseqüente dificuldade de importação de produtos manufaturados tornou a sua produção local mais atrativa, dando impulso à substituição de importações. Além disso, o forte protecionismo que prevaleceu à época dificultava pensar em uma indústria voltada para fora⁷.

As negociações que se desenrolaram durante a II Guerra Mundial, levavam a crer que seria possível reverter o protecionismo que a antecedeu e dar novo impulso às trocas internacionais. No entanto, quando, no final da Conferência de Havana, os Estados Unidos bloquearam a criação da Organização Internacional do Comércio (OIC) e passaram a aumentar suas barreiras protecionistas, ficou claro que a estratégia orientada para exportações não estava aberta para a América Latina (FITZGERALD, 2002). Ficou claro também que era necessário buscar uma estratégia alternativa para estimular o desenvolvimento da região.

Foi Raúl Prebisch, economista da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)⁸, em trabalho intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, quem formulou a base teórica que justificou o modelo de substituição de importações (PREBISCH, 1949). Essa obra, batizada por Hirschman de *manifesto latino-americano*, foi o ponto de partida de extenso debate sobre o desenvolvimento econômico que respaldou as práticas protecionistas visando tornar os países periféricos mais independentes dos acontecimentos das economias centrais.

⁶ Para o Brasil a crise resultou em drástica queda do preço do café e, como esse produto era responsável pela maior parte do ingresso de divisas, o país passou a enfrentar séria crise no balanço de pagamentos. Para evitar a continuidade da queda dos preços do produto, optou por adquirir e destruir os excedentes da produção. Isso induziu a transferência de grande parte dos recursos recebidos pelos cafeicultores para a atividade industrial, que à ocasião apresentava maiores perspectivas de retorno dos investimentos.

⁷ O protecionismo antecedeu a década de 1930, mas foi agravado após a crise da Bolsa de Nova York, período que prevaleceu o espírito o nacionalista resultando no que foi chamado *política de empobrecimento do vizinho*. FERRER (1998) considera 1914-1945 como um período de interrupção do processo de globalização da economia mundial, ou desglobalização das relações econômicas internacionais. Finda a II Guerra, o comércio, as correntes de capital e os movimentos migratórios não recuperaram os níveis que antecederam a I Guerra Mundial.

⁸ A CEPAL é um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi criada em 1948 tendo como objetivo analisar a inserção das economias latino-americanas na economia mundial, especialmente na reconstrução do mundo no pós-guerra. Raúl Prebisch foi o principal redator de seu primeiro relatório, no qual identificava as diferenças entre as economias centrais e periféricas (BAUMMAN e MUSSI, 2002)

Inicialmente o debate foi centrado na questão da dependência comercial resultante das relações de troca adversas aos países periféricos que exportavam bens primários e importavam manufaturados. PREBISCH (1949), analisando dados empíricos de comércio exterior, verificou queda nas relações de troca entre os produtos primários e os manufaturados⁹. A partir dessa constatação, mostrou que havia desvantagens comparativas dinâmicas na especialização em bens primários, ao contrário do postulado liberal das vantagens do livre comércio. Argumentou também que a América Latina estaria fadada ao permanente subdesenvolvimento caso não tomasse medidas positivas para promover a industrialização.

Nessa época industrialização era sinônimo de desenvolvimento e, como a América Latina registrava um nível baixo de investimento industrial, propôs a planificação e intervenção pública na produção e nas trocas internacionais para acelerar o desenvolvimento. A proposta previa também que o Estado criasse a infraestrutura básica para viabilizar o avanço da indústria doméstica¹⁰.

A CEPAL sempre teve consciência de que a tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos não seria debelada enquanto o processo de industrialização não fosse concluído. A razão é que o processo substitutivo aliviava a demanda de certas importações, mas ao mesmo tempo impunha outras, derivadas da nova estrutura produtiva bem como do crescimento da renda resultante. Nas palavras de BIELSCHOWSKY (1998, p. 6) “... *solo se alteraba la composición de las importaciones, renovándose continuamente el problema de la insuficiencia de divisas.*”

Para o Brasil o problema da escassez de divisas se manifestou logo na segunda metade da década de 1950, com a estagnação das exportações. Seguiu-se queda nos ingressos de divisas e o país passou a enfrentar dificuldades para importar bens intermediários e equipamentos para a indústria, comprometendo o ritmo de crescimento econômico. Por outro lado, as possibilidades de comprimir ainda mais as importações eram reduzidas porque o país

⁹ Os dados analisados por Prebisch (1949) são originários de um estudo organizado pelo Secretariado das Nações Unidas e publicado no mesmo ano (NAÇÕES UNIDAS, 1949). Neste trabalho encontra-se a seguinte afirmação: “As melhorias das relações do comércio exterior, isto é, da relação entre preços de exportação e preços de importação, afetam a renda nacional dos países subdesenvolvidos tão definitivamente quanto o aperfeiçoamento tecnológico, os aumentos do nível de emprego, ou uma transferência de ocupações menos produtivas para ocupações mais produtivas, tal como se dá no processo de industrialização” (NAÇÕES UNIDAS, 1949, p. 31).

¹⁰ O baixo nível de investimento industrial era atribuído aos seguintes fatores internos: a) resistência dos exportadores (latifundiários e mineradores) a investir no setor manufatureiro; b) escala de projetos industriais modernos superior à capacidade financeira e de gestão dos empresários locais; c) falta de infraestrutura econômica adequada e de força de trabalho capacitada; e d) falta de capacidade tecnológica, que era monopolizada pelas empresas estrangeiras (FITZGERALD, 2002).

já produzia grande variedade de bens de consumo. Assim, para recuperar o ritmo de crescimento econômico, a partir de 1964 o governo brasileiro optou por conceder incentivos à exportação de manufaturados (PINTO, 1983)¹¹.

A crise do petróleo, de 1973, gerou nova crise no balanço de pagamentos e deu novo impulso ao programa de substituição de importações brasileiro¹². As importações foram encarecidas pela elevação das tarifas, pela criação de encargos financeiros e por restrições quantitativas de vários tipos. Esse conjunto de medidas que fez com que o coeficiente de importações caísse de 12% do PIB em 1974 para 7,25%, em 1978 (CARNEIRO, 1992).

Para esse autor, a convivência da política de substituição de importações sem descontinuidade nos incentivos às exportações constitui diferença marcante da política industrial brasileira na década de 1970. Essa seria a causa do sucesso da política, que provocou melhoria expressiva no saldo comercial. Por outro lado, a manutenção de diversos "estímulos fiscais, creditícios e cambiais teve como custos mais visíveis a progressiva deterioração da posição financeira do Estado... base do agravamento dos conflitos distributivos e da aceleração inflacionária dos anos 80" (CARNEIRO, 1992, p. 313).

Para o conjunto da América Latina, ALBUQUERQUE (1989) argumenta que o processo de industrialização substituidora de importações não foi constante nem regular. Períodos de liberalização de um país coincidiam com períodos de nacionalização em outros. As taxas de câmbio e as tarifas subiam e desciam sob pressões conjunturais. A escolha de indústrias foi feita mais por razões mais circunstanciais que econômicas, e os maiores avanços aconteceram quando havia dificuldade de importar por escassez de divisas ou por conflitos externos.

Assim, mesmo com o emprego de práticas protecionistas por décadas, não foi possível debelar a dependência externa. A evolução dos fatos tornou evidente que os países periféricos também padecem de dependência tecnológica e financeira¹³ sendo que esta última levou ao rompimento do modelo de substituição de importações e à adoção do credo neoliberal.

¹¹ O governo procurou estimular a exportação de manufaturados através do *drawback*, de redução ou isenção de IPI, ICMS, IR e de incentivos de crédito e outros complementares. A maioria desses estímulos à exportação teve início a partir de 1964. No caso do *drawback* de importação, embora já estivesse previsto na Lei de Tarifas, de 1957, visando reduzir o protecionismo aos bens intermediários utilizados na produção de produtos de exportação, as isenções só vieram a ser aplicadas em 1964 (PINTO, 1983).

¹² Com o II Plano Nacional de Desenvolvimento o governo pretendeu dar grande ênfase às "... indústrias de base, notadamente no setor de bens de capital e eletrônica pesada, assim como no campo de insumos básicos, a fim de substituir importações e, se possível, abrir novas fontes de exportação" (II PND, citado por CARNEIRO, 1992).

¹³ A dependência tecnológica permanece uma das maiores fragilidades das economias periféricas. À ocasião o protecionismo foi planejado para estimular o desenvolvimento da indústria local, mas ao barrar o ingresso de

O problema é que o modelo adotado implicou elevado endividamento externo, tornando os países da região ainda mais sensíveis aos acontecimentos nas economias centrais. A vulnerabilidade da região foi agravada após o colapso do modelo de Bretton Woods, na década de 1970, ocasião em que as maiores economias do planeta passaram a adotar o sistema de câmbio flexível e removeram as barreiras aos movimentos internacionais de capitais¹⁴.

Desde então, o fluxo e refluxo erráticos de capitais especulativos têm implicado etapas de grande liquidez internacional seguidas por períodos de escassez de crédito. Isso resultou em grave instabilidade macroeconômica para as nações dependentes de poupança externa, com conseqüente imposição de medidas de curto prazo, que inviabilizam qualquer estratégia de desenvolvimento. Além disso, desde a década de 1980 o neoliberalismo monopolizou o debate econômico, tendo a negação do papel do Estado como foco central. Para os adeptos dessa corrente de pensamento, a intervenção do Estado, antes recomendada para corrigir as falhas do mercado, passou a ser responsabilizada por falhas ainda mais graves do sistema econômico. Por sua lógica, bastaria deixar que as forças de mercado agissem livremente para que a competição em escala global levasse à convergência de renda entre países e o conseqüente desenvolvimento para todos os povos do mundo¹⁵.

Os países dependentes de poupança externa e que passaram pela crise da dívida do Terceiro Mundo¹⁶ foram compelidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial a acatar essa lógica como condição para a renegociação das dívidas e acesso a novos recursos. A orientação geral de política difundida por esses organismos internacionais e exigida dos países devedores foi denominada Consenso de Washington.

produtos das indústrias das nações mais avançadas, estas passaram a instalar subsidiárias para atender o mercado latino-americano.

¹⁴ O acordo de Bretton Woods, firmado em 1944, consagrou o regime de taxas fixas de câmbio. Os Estados Unidos se comprometeram a garantir a conversibilidade do dólar em ouro entre bancos centrais à paridade fixa de US\$ 35 por onça-troy (31,104 gramas) do metal. Os demais países se comprometeram com taxas fixas de câmbio em relação ao dólar. O sistema entrou em colapso porque os Estados Unidos passaram a enfrentar pesados déficits públicos e a emitir dólares além dos limites pactuados no acordo, criando problemas para os demais signatários.

¹⁵ “Haveria convergência da renda per capita entre os países emergentes e os industrializados, baseada na expansão do comércio e na transferência de tecnologia destes para aqueles. Tal é de fato a predição do modelo neoclássico de crescimento para a economia mundial, com os distintos países tendendo a usar funções de produção similares, e o capital fluindo das economias em que é abundante para aquelas em que é escasso” (BACHA, 2002, p. 2).

¹⁶ A crise da dívida do Terceiro Mundo irrompeu em 1982 quando o México declarou incapacidade de honrar seus compromissos externos. Os fatos que levaram a ela, no entanto, estão relacionados ao rompimento do sistema de Bretton Woods e decorrentes movimentos dos capitais internacionais. A crise foi precipitada pela política monetária contracionista dos Estados Unidos, cuja elevação dos juros provocou deslocamento de capitais para aquele país e redução da liquidez internacional.

A idéia central era reformar as políticas de forma a minimizar o papel do Estado na economia e alcançar a estabilidade macroeconômica. Para atingir esses objetivos os governos dos países devedores foram levados a controlar a inflação reduzindo o déficit fiscal, abrir a economia liberalizando o comércio e a conta capital e liberalizar a produção doméstica e os mercados de fatores por meio de privatizações e desregulamentação (GORE, 2000)¹⁷.

No Brasil, a ruptura do modelo de substituição de importações se deu pela liberalização comercial, com início em 1990¹⁸ e foi seguida por um conjunto de acontecimentos que, mais uma vez, conduziram o país ao estrangulamento externo. A liberalização implicou crescimento acelerado das importações de bens e serviços, particularmente na etapa de apreciação cambial que sucedeu ao Plano Real. Acrescente-se que esta foi uma etapa de grande liquidez internacional, em que o país teve inúmeras facilidades para financiar os déficits em transações correntes, inclusive acumulando volume expressivo de reservas.

A vulnerabilidade externa brasileira ficou patente após a crise da Ásia, que teve início em julho de 1997. Até então os países menos desenvolvidos constituíam pólos de atração dos capitais internacionais devido aos lucros elevados obtidos pelos investidores. A crise da Ásia provocou reversão das expectativas de retorno dos capitais investidos com conseqüente fuga de capitais e turbulência nos mercados¹⁹. Naturalmente houve perdas para os países credores, mas as nações endividadas foram as maiores vítimas.

No Brasil, a conseqüência imediata foi o recurso ao Fundo Monetário Internacional para neutralizar o ataque especulativo sobre a moeda, que implicou um programa recessivo nos moldes recomendados pela instituição. Mais uma vez perseguiu-se o ajuste externo, porque a questão central é gerar divisas para honrar os compromissos externos e importar os bens e serviços necessários ao desenvolvimento.

Agora, como vivemos sob maior liberdade de comércio, pode-se constatar que a agricultura é o setor que apresenta maiores vantagens comparativas e, conseqüentemente, maiores potencialidades de contribuir para o ajuste externo da economia. Tradicionalmente as economias menos desenvolvidas têm grande dependência da agricultura para geração de

¹⁷ STIGLITZ (2002) apresenta uma vigorosa crítica a esse modelo, ressaltando que as medidas tomadas por exigência dos organismos internacionais agravaram a situação de vulnerabilidade dos devedores.

¹⁸ A diferença entre liberalização e abertura é que, nesta o processo é liderado por exportações e engloba um conjunto de políticas para orientar a economia para os mercados internacionais. Na liberalização o processo é liderado pelas importações e significa rápido desmantelamento da proteção e dos controles, com o objetivo de alcançar um vetor de preços relativos internos próximo ao internacional (DAMILL e KEIFMAN, 1992).

¹⁹ A crise levou a fuga de capitais dos países endividados da Ásia e, por contágio, dos demais devedores, com destaque para Rússia e América Latina, que passaram a ter dificuldade para financiar déficits correntes.

emprego, renda, divisas, etc. À medida que se desenvolvem, a importância relativa do setor diminui, enquanto cresce a participação da indústria e dos serviços. No Brasil, enquanto a regra era a substituição de importações, nos moldes propostos pela CEPAL, as tendências caminhavam de acordo com o esperado, crescendo a importância relativa dos setores secundário e terciário na economia.

Quando o país foi submetido às condicionalidades do Consenso de Washington e promoveu a ampla liberalização dos mercados, houve certa reversão nas tendências e o Brasil foi um dos que apresentaram maior grau de desindustrialização²⁰. Isso implicou o que GONÇALVES (2001) chama de "reprimarização" das trocas internacionais uma vez que somente os produtos agrícolas tiveram crescimento da competitividade. Como a solução dos problemas enfrentados pelo Brasil na atualidade passa, necessariamente, pela geração de saldos comerciais favoráveis, é interessante desagregar as informações, buscando caracterizar as trocas de produtos e insumos, por fator agregado, para se ter uma idéia mais clara dos ganhos de competitividade do setor.

3. COMÉRCIO BRASILEIRO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

A partir do diagnóstico que o subdesenvolvimento da economia brasileira se devia às relações de troca desfavoráveis devido ao predomínio das exportações de produtos primários e importações de manufaturados, o país passou por quase meio século de política comercial protecionista visando ao crescimento industrial. A partir da década de 1960, a estratégia implicou a coexistência de barreiras às importações e estímulos à exportação de manufaturados. O rompimento com esse modelo, denominado substituição de importações, aconteceu no final da década de 1980²¹. Será que depois disso as coisas mudaram? Ou ainda permanecemos grandes exportadores de produtos básicos e importadores de manufaturados?

A partir de dados divulgados pela CEPAL, para 1965 podemos observar que $\frac{3}{4}$ das exportações era de produtos primários, contra 63% de participação dos produtos industrializados nas importações²². Vinte anos depois a situação das exportações se inverteu: a participação dos produtos básicos caiu para $\frac{1}{4}$. Pelo lado das importações, também se

²⁰ Da América Latina e Caribe, os países que apresentaram maior grau de desindustrialização após as reformas liberalizantes foram o Brasil e os três países do Cone Sul (CEPAL, 2002).

²¹ Para OLIVEIRA e ALLAIN (1992) a liberalização comercial brasileira teve início em 1990, com o Plano Collor I. Para eles a reforma de 1988 constituiu racionalização do sistema tarifário brasileiro, sem tipificar liberalização.

²² Do valor das exportações de produtos industrializados, 75% procedia de bens tradicionais como alimentos, bebidas, tabaco e outros. Isso significa que os produtos primários e os industrializados tradicionais contribuíam com 93% do valor das exportações brasileiras em 1965.

observou queda na participação dos produtos industrializados, embora a um ritmo mais lento, atingindo 44,5% em 1985²³ (tabela 1). Assim, pelo menos até meados dos anos oitenta, pode-se dizer que o intento de reverter a dependência de produtos básicos como fonte de divisas e reduzir as importações de industrializados foi atingido.

De 1985 em diante os bens industrializados voltaram a ter participação crescente nas importações, superando 85% do valor entre 1998 e 2000. Quanto às exportações, a participação dos produtos industrializados se manteve crescente por mais 3 anos, estabilizando-se entre 79% e 83% do valor, a partir de 1988. Nos anos finais da série a agricultura voltou a ganhar espaço nas exportações totais do Brasil, superando 10% do total e chegando a 13,6% em 1997.

Do exposto, pode-se concluir que já não predominam produtos básicos na nossa pauta de exportação. No entanto, o velho problema das trocas de produtos primários por industrializados tomou novo impulso, uma vez que o comércio exterior brasileiro vem mostrando tendência de crescimento de exportações de produtos básicos e de importações de manufaturados. Como o período em que essa tendência se manifesta coincide com a liberalização comercial, pode-se inferir que o longo período de protecionismo não possibilitou ao país romper com sua característica estrutural de desvantagens comparativas na produção de bens industrializados.

²³ No período 1983-85 observou-se menor participação das importações de bens industrializados nas importações brasileiras, sendo 1984 o ponto mais baixo (37,8% do total). Nesses anos, que sucederam a crise da dívida do Terceiro Mundo, observou-se também queda drástica no valor das importações totais: de US\$ 20 a 25 bilhões, entre 1980-82, caiu para US\$ 17 bilhões em 1983, US\$ 15 bilhões em 1984 e US\$ 14 bilhões em 1985. Daí em diante tanto o valor total das importações, bem como a participação dos industrializados voltou a crescer, atingindo os picos de US\$ 65 bilhões em 1997 e de 87,2% em 1998, respectivamente.

Tabela 1. Composição do Comércio de Bens por Categoria, Brasil, 1965-00

	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Exportaciones																
Bienes primarios	74,4	63,7	41,9	28,9	25,4	19,7	20,0	16,8	15,9	17,7	16,0	16,4	19,7	19,6	18,3	16,9
Agrícolas	65,5	53,8	28,7	20,0	18,0	10,8	10,6	9,4	9,1	11,7	9,6	9,9	13,6	12,4	11,7	10,1
Mineros	8,9	9,9	12,0	8,9	7,4	8,9	9,5	7,4	6,7	6,0	6,2	6,4	6,1	7,2	6,6	6,5
Energéticos	...	0,0	1,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
Bienes industrializados	24,9	35,4	56,0	69,7	73,6	79,1	78,9	82,4	83,4	81,2	82,6	82,3	78,8	79,2	80,0	81,1
Tradicionales	18,6	25,2	36,7	36,2	28,0	28,7	27,5	30,0	32,3	30,6	31,5	33,5	30,3	28,9	29,7	26,7
Alimentos, bebidas y tabaco	12,6	17,4	25,4	24,2	16,6	16,5	14,4	15,5	15,6	15,8	17,5	19,3	17,0	16,3	16,2	12,9
Otros tradicionales	6,0	7,8	11,3	11,9	11,5	12,2	13,1	14,5	16,7	14,9	14,0	14,2	13,4	12,6	13,5	13,7
Con elevadas economías de escala	4,3	6,4	8,6	16,0	29,3	30,8	31,6	30,3	28,8	28,6	30,7	27,4	24,4	24,1	24,7	24,8
Duraderos	0,5	0,6	4,0	6,7	6,5	6,8	6,9	9,6	9,3	9,0	7,5	7,6	9,8	10,7	8,4	9,1
Difusores de progreso técnico	1,5	3,2	6,7	10,8	9,7	12,8	12,8	12,4	13,0	13,0	13,0	13,8	14,2	15,5	17,2	20,6
Otros bienes	0,7	0,9	2,1	1,4	1,1	1,2	1,1	0,8	0,7	1,1	1,3	1,4	1,5	1,2	1,7	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Importaciones																
Bienes primarios	36,6	21,0	31,1	50,7	55,5	33,2	30,7	29,5	20,7	18,0	14,4	17,2	15,1	12,8	13,4	14,7
Agrícolas	17,2	9,2	5,3	8,2	7,6	5,2	7,1	6,9	6,6	6,5	5,5	7,3	6,6	6,3	5,6	5,0
Mineros	2,2	1,0	1,2	1,4	2,2	2,4	2,3	1,9	1,5	1,3	1,2	1,1	1,0	0,8	1,0	1,1
Energéticos	17,2	10,9	24,6	41,0	45,6	25,6	21,2	20,7	12,6	10,2	7,7	8,9	7,6	5,7	6,8	8,6
Bienes industrializados	63,0	78,3	68,8	49,3	44,5	66,8	69,3	70,5	79,3	82,0	85,6	82,3	84,9	87,2	86,6	85,2
Tradicionales	6,1	7,3	5,0	4,1	4,4	11,2	11,4	9,4	12,4	13,2	15,8	14,3	12,9	12,5	10,3	9,3
Alimentos, bebidas y tabaco	2,1	2,1	1,3	1,9	1,7	5,6	5,4	4,1	6,0	6,1	6,5	5,1	3,9	4,2	3,1	2,5
Otros tradicionales	4,0	5,2	3,6	2,2	2,7	5,7	6,0	5,3	6,4	7,1	9,3	9,2	8,9	8,4	7,2	6,7
Con elevadas economías de escala	31,7	31,3	29,0	23,2	17,7	21,8	24,1	24,9	29,0	25,7	25,8	24,4	24,1	24,9	26,2	28,4
Duraderos	3,4	6,0	2,8	2,0	3,1	3,7	4,7	5,6	9,0	11,1	12,8	9,3	10,2	10,8	8,2	7,4
Difusores de progreso técnico	21,8	33,7	32,1	20,0	19,4	30,1	29,1	30,5	28,8	31,9	31,1	34,3	37,7	39,0	41,9	40,2
Otros bienes	0,4	0,7	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: www.cepal.cl/comercio/panesp/nav/paises/pais_07/cuadros.htm

Entre as médias dos triênios 1989-91 e 1999-01, as exportações brasileiras cresceram 65,6% enquanto as importações totais tiveram crescimento de 167,8%. Para uma avaliação complementar, esses dados, referentes à década de 1990, foram classificados por fator agregado²⁴. A partir dessa classificação pôde-se observar que as exportações de produtos básicos registraram crescimento de 50,7% enquanto suas importações praticamente não se alteraram²⁵. Já o comércio de manufaturados mostrou crescimento de 74,4% nas exportações quando suas importações foram multiplicadas por 3,7. Com isso, os produtos manufaturados que correspondiam a 61% do valor das importações brasileiras entre 1989-91, atingiram participação de 84% na média do triênio 1999-01 (tabela 2)²⁶.

Tabela 2. Composição do comércio exterior por fator agregado, Brasil, 1989-01 (¹)

Finalidade			1989-91	1994-96	1999-01	Variação (²)
Total geral	Exportação	Básicos	27,1	24,1	24,6	50,7
		Semimanufaturados	15,9	18,3	15,4	59,5
		Manufaturados (³)	57,0	57,5	60,0	74,4
		Total	100,0	100,0	100,0	65,6
	Importação	Básicos	33,8	17,9	12,9	-0,5
		Semimanufaturados	5,1	3,4	3,5	82,8
		Manufaturados	61,0	78,3	84,0	267,8
		Total	100,0	100,0	100,0	167,8
Agronegócio (⁴)	Exportação	Básicos	42,7	37,8	41,8	60,5
		Semimanufaturados	14,0	20,4	19,7	131,2
		Manufaturados (³)	43,3	41,8	38,5	45,9
		Total	100,0	100,0	100,0	64,1
	Importação	Básicos	40,5	36,5	29,9	46,1
		Semimanufaturados	13,1	8,7	11,6	76,5
		Manufaturados	46,3	54,3	58,6	148,5
		Total	100,0	100,0	100,0	97,7

(¹) Médias trienais da porcentagem do valor do comércio

(²) Variação do valor entre as médias dos triênios 1989-91 e 1999-01

(³) Inclui transações especiais

(⁴) Inclui insumos

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da SECEX/MDIC.

²⁴ Para o comércio total foi empregada classificação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Para os produtos do agronegócio foi utilizada classificação do Instituto de Economia Agrícola (VICENTE, et al. 2002).

²⁵ Na média do triênio 1989-91, 33,8% do valor das importações brasileiras era de produtos básicos. A participação desses produtos caiu para 17,9% na média de 1994-96 e para 12,9% entre 1999-01 (tabela 2).

²⁶ Os dados da CEPAL mostram que os produtos industrializados ultrapassaram 80% do valor das importações brasileiras, a partir de 1994, superando 87% em 1998 (tabela 1).

O agronegócio constitui parte importante das trocas comerciais brasileiras, e enquadra todos os bens envolvidos nas cadeias produtivas dos produtos agropecuários, da produção à comercialização²⁷. Quando esse agregado é isolado para análise, observa-se que as tendências gerais são as mesmas observadas para o comércio total, embora menos acentuadas. Isso significa que as importações cresceram mais que as exportações, 97,7% e 64,1%, respectivamente, e que as importações de manufaturados constituem a razão central dessa diferença: é o subgrupo com maior expansão entre os extremos da série (148,5%). Dentre os exportados, os semimanufaturados tiveram maior crescimento (131,2%) entre as médias de 1989-91 e 1999-01, enquanto os produtos manufaturados exportados pelo agronegócio perderam importância relativa: sua participação nas exportações do setor caiu de 43,3% para 38,5% (tabela 2).

Apesar de o comércio agrícola também ter caminhado em direção inversa ao desejável (mais importação e menos exportação de manufaturados) no conjunto seu desempenho na década de 1990 é considerado um caso de sucesso. Mesmo no período em que a moeda brasileira sofreu forte apreciação, o setor pôde sustentar saldos comerciais expressivos, em torno de US\$ 11 bilhões em média, enquanto o restante da economia registrava déficits crescentes. Em 1999 as exportações do agronegócio decresceram US\$ 1,3 bilhão, a despeito da depreciação da moeda²⁸. No entanto, o decréscimo das importações foi ainda maior, US\$ 3,2 bilhões, resultando em crescimento de US\$ 1,8 bilhão no superávit do setor.

O sucesso do setor é devido ao grande crescimento do volume exportado. Os índices de preço e quantum, construídos a partir dos dados de exportação, mostram que entre os extremos da década de 1990, a média de preços caiu 13% enquanto o volume exportado cresceu 91%, resultando em aumento de 64% no valor exportado pelo agronegócio. No mesmo período, o valor das importações duplicou, resultado conjunto do crescimento dos preços (25%) e da quantidade importada (58%)²⁹. Isso significa que, no agregado, as relações

²⁷ O agronegócio corresponde ao conjunto de operações da cadeia produtiva, do trabalho agropecuário até a comercialização. Assim, todos os bens empregados nessas operações, como capital ou consumo intermediário, bem como o produto gerado, in natura ou industrializado, enquadra-se no conjunto denominado agronegócio para efeito de contabilização do comércio exterior do setor.

²⁸ A quantidade exportada cresceu de 1999 a 2001, mas esse efeito foi neutralizado por redução dos preços dos produtos exportados.

²⁹ Observe-se que em meados da década de 1990 as importações eram ainda maiores. Os dados médios para 1994-96 comparados com 1989-91, mostraram crescimento de 55% do valor exportado contra 140% do importado. Nesse período os índices de preços foram ligeiramente favoráveis ao Brasil, logo, a grande diferença no valor se deve às quantidades: crescimento de 36% das exportações contra 123% nas importações (tabela 4).

de troca foram bastante desfavoráveis ao setor, mas foi possível aumentar sua capacidade de importar devido ao maior volume exportado³⁰ (tabela 3).

Quando se segmenta as informações de comércio agrícola por fator agregado, observa-se que, no triênio 1999-01, todos os grupos sofreram deterioração das relações de troca: nos três casos, produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados, os preços das exportações cresceram menos que os das importações. As maiores diferenças foram encontradas nos produtos manufaturados, cujos preços dos exportados declinaram 4% entre as médias de 1989-91 e 1999-01, enquanto os preços dos importados cresceram 34%. A menor diferença coube aos produtos básicos, cujos preços dos exportados caíram 18% contra declínio de 6% dos importados.

Pela análise dos índices de quantum o setor agrícola brasileiro apresentou melhor desempenho no comércio de semimanufaturados. Tomando por base a média do triênio 1989-91 = 100, esses produtos, que representam cerca de 20% das exportações do agronegócio, dobraram o volume exportado em meados da década de 1990 e alcançaram índice de quantum igual a 276 na média de 1999-01. Quanto às importações, o volume de semimanufaturados cresceu 78%, resultando em crescimento de 155% do saldo comercial.

O pior desempenho coube aos manufaturados do agronegócio. Entre os extremos da série a quantidade exportada cresceu 51% contra 86% das importações. Como a evolução dos preços foi bastante desfavorável ao Brasil (decréscimo de 4% no preço dos exportados contra crescimento de 34% no dos importados), o valor cresceu menos que a média geral do setor resultando em queda da participação dos manufaturados nas exportações agrícolas. O valor das importações, ao contrário, cresceu 148% entre os extremos da série, resultando em declínio de mais de 10% no saldo comercial desse conjunto de produtos³¹.

³⁰ O índice de relações de troca, que expressa a razão entre os índices de preços dos exportados e dos importados, caiu 30% entre o início e o final da década de 1990. No entanto, como o volume exportado mais que compensou a queda nas relações de troca, a capacidade de importar do setor aumentou 31%.

³¹ As exportações de manufaturados do agronegócio eram de US\$ 6 bilhões entre 1989-91 (43,3% do total) e passaram para US\$ 8,7 bilhões na média de 1999-01 (38,5% do total). No mesmo período, as importações de manufaturados evoluíram de US\$ 2,1 bilhões (46,3% do total) para US\$ 5,3 bilhões (58,6% do total).

Tabela 3. Índices do comércio agrícola e de insumos, por fator agregado, Brasil, 1989-01
(Média 1989-91 = 100)

		Exportação		Importação	
	Índice	1994-96	1999-01	1994-96	1999-01
AGRONEGÓCIO (¹)					
Total	Preço	114	87	98	125
	Quantidade	136	191	242	158
	Valor	155	164	240	198
Produtos básicos	Preço	119	82	103	94
	Quantidade	116	204	205	153
	Valor	137	161	217	146
Produtos semimanufaturados	Preço	109	84	122	99
	Quantidade	207	276	132	178
	Valor	227	231	158	176
Produtos manufaturados	Preço	113	96	90	134
	Quantidade	133	151	318	186
	Valor	150	146	283	248
INSUMOS					
Total	Preço	114	117	101	104
	Quantidade	142	131	242	272
	Valor	164	153	243	280
Fertilizantes e corretivos	Preço	169	55	120	127
	Quantidade	84	242	191	272
	Valor	141	132	222	344
Maquinaria e peças	Preço	111	129	93	86
	Quantidade	142	106	271	233
	Valor	159	134	246	197
Químicos de defesa da agricultura	Preço	103	163	97	113
	Quantidade	174	131	298	457
	Valor	178	215	291	537

(¹) Inclui insumos

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da SECEX/MDIC.

Quanto ao comércio de produtos básicos do agronegócio, o maior destaque é a reversão na tendência. Esse grupo de produtos vinha perdendo participação no comércio e, no final do período analisado, praticamente recuperou a importância relativa que tinha entre 1989-91, cerca de 42% do valor exportado pelo setor (tabela 2). A principal razão para esse desempenho é o crescimento de 104 no volume exportado, uma vez que os preços tiveram redução de 18% no período (tabela 3).

Esses números referentes ao agronegócio incluem o comércio de insumos produzidos em outros setores e destinados ao emprego na agricultura. Quando esses bens são separados,

observa-se que apresentaram déficits comerciais expressivos e crescentes ao longo da década de 1990: de US\$ 600 milhões entre 1989-91 o déficit evoluiu para US\$ 1,8 bilhões em meados da década e US\$ 2,3 bilhões na média de 1999-01.

As exportações brasileiras de insumos agrícolas são relativamente irrisórias; representam pouco mais de 3% do valor exportado pelo agronegócio. Nesse grupo, maquinaria e peças constitui o componente mais importante, representando cerca de 2/3 das exportações brasileiras de insumos. O valor das exportações desses bens cresceu 34% entre os extremos da série analisada, resultado de 29% de crescimento dos preços e de 6% na quantidade exportada³² (tabelas 3 e 4).

Tabela 4. Composição do comércio de insumos do agronegócio, Brasil, 1989-01 (¹)

Finalidade	Produto	1989-91	1994-96	1999-01	Variação (²)
Exportação	Fertilizantes e corretivos	8,0	6,9	6,9	32,0
	- básicos (³)	0,1	0,4	0,9	1.533,3
	- semimanufaturados (³)	1,7	0,8	0,7	-45,4
	- manufaturados (³)	98,2	98,7	98,4	32,2
	Químicos de defesa da agricultura	17,2	18,7	24,2	115,4
	Maquinaria e peças	73,4	71,3	64,6	34,4
	Insumos (US\$ milhão) (⁴)	487	799	745	52,8
	Agronegócio (US\$ milhão) (⁵)	13.908	21.612	22.817	64,1
Importação	Fertilizantes e corretivos	30,2	27,5	37,1	243,9
	- básicos (³)	0,7	0,3	0,5	181,9
	- semimanufaturados (³)	69,0	48,7	46,4	131,1
	- manufaturados (³)	30,3	51,0	53,1	502,0
	Químicos de defesa da agricultura	10,3	12,3	19,8	436,9
	Maquinaria e peças	58,7	59,3	41,2	96,8
	Insumos (US\$ milhão) (⁴)	1.084	2.638	3.035	180,1
	Agronegócio (US\$ milhão) (⁵)	4.575	10.986	9.048	97,7

(¹) Insumos provenientes de outros setores - médias trienais da porcentagem do valor do comércio

(²) Variação do valor entre as médias dos triênios 1989-91 e 1999-01

(³) Médias trienais da porcentagem do valor do comércio de fertilizantes

(⁴) Inclui agentes utilizados nas indústrias têxtil, de papel e de couros

(⁵) Inclui insumos

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da SECEX/MDIC.

Nas importações, os insumos têm peso elevado; representavam cerca de ¼ do valor importado no passado e, depois da depreciação da moeda, sua participação foi elevada para 1/3 do total. Os dados da SECEX mostram que o valor das importações totais de insumo teve

³² A ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) é o principal destino das exportações brasileiras de bens de capital.

crescimento de 180% entre as médias de 1989-91 e 1999-01. Esse número é resultado da expansão de 244% das importações de fertilizantes e corretivos, de 437% de químicos para defesa da agricultura e de 97% de máquinas e peças. Como apenas este último grupo teve crescimento abaixo da média das importações de insumos, implica que perdeu importância relativa nas importações nos últimos anos da série. Em outras palavras, em termos relativos, houve declínio dos bens de capital nas importações de insumos e crescimento de bens de consumo intermediário³³ (tabela 4).

A decomposição do valor das importações do agregado dos insumos nesse período mostra que a quantidade importada cresceu 172% enquanto o acréscimo do preço foi de 4%³⁴. Pela ordem, os insumos que tiveram maior crescimento da quantidade importada são: químicos para defesa da agricultura (357%), fertilizantes e corretivos (172%) e maquinaria e peças (133%).

Quanto ao comportamento dos preços das importações de insumos, no agregado quase não houve mudança; o crescimento médio foi de 4% no período analisado. Contribuíram para esse acréscimo os fertilizantes e corretivos (27%) e químicos de defesa da agricultura (13%). Maquinaria e peças, ao contrário, registraram declínio de 14% nos preços. Como também apresentaram menor crescimento da quantidade importada, esse grupo de produtos, que representava cerca de 60% do valor das importações de insumos, teve sua participação reduzida para 41,2% entre 1999-01.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o debate que motivou a adoção do modelo de substituição de importações a partir da década de 1950 teve como ponto de partida as consequências das trocas de produtos primários por manufaturados, cujas implicações sobre os preços relativos condicionavam o desenvolvimento das economias primário-exportadoras. No caso brasileiro, a razão do subdesenvolvimento e da vulnerabilidade externa estaria no largo predomínio de exportações de produtos básicos da agricultura, isto é, produtos que incorporavam pouca ou nenhuma

³³ Pelos dados da FAO o consumo total de fertilizantes é de cerca de 6 milhões de toneladas. No começo da década de 1990, cerca de 60% desse volume era originário de produção nacional e 40%, de importada. No final da década houve reversão na origem desse produto: mais de 60% da quantidade de fertilizantes consumida no Brasil procede do exterior. As exportações brasileiras de fertilizantes são irrisórias em relação ao total e vêm apresentando redução: entre 1991 e 2000, foi registrada queda de 88% no volume exportado.

³⁴ HELFAND e REZENDE (2001) e HOMEM DE MELO (2002) consideram que a liberalização facilitou o acesso a insumos produzidos no exterior, contribuindo para o avanço tecnológico da agricultura e resultando em ganhos de produtividade.

transformação. As importações, por outro lado, eram compostas predominantemente por manufaturados.

O rompimento com esse modelo aconteceu no final da década de 1980, após uma série de acontecimentos que culminaram na liberalização comercial. Será que a liberdade de comércio não trouxe de volta a dependência comercial do passado? Será que as transformações ocorridas ao longo de quase 50 anos de protecionismo reverteram definitivamente o padrão de vantagens comparativas do Brasil?

Este trabalho não traz respostas definitivas a essas questões, mas mostra algumas evidências que não evoluímos tanto quanto seria desejável. Como o modelo anterior era baseado nas barreiras à importação e promoção às exportações, após a liberalização comercial naturalmente as importações passaram a crescer a taxas muito mais elevadas que as exportações. Em parte seu maior ritmo de crescimento pode ser atribuído à etapa de apreciação da moeda que sucedeu ao Plano Real, pois o valor das importações cresceu a taxas muito elevadas nesse período, passando de US\$ 25 bilhões em 1993 para quase US\$ 60 bilhões em 1997 e 1998. Com a desvalorização de 1999, o valor importado recuou para US\$ 49 bilhões, mas nos dois anos seguintes atingiu quase US\$ 56 bilhões.

Mesmo que não se leve em conta o pico das importações, da comparação entre o início da liberalização comercial (1989-91) com o período posterior à desvalorização (1999-01) observa-se que, no conjunto, houve expansão do comércio, mas o crescimento do valor das exportações não chegou a 40% do das importações.

Quando se segmenta o comércio por fator agregado, o destaque é que os produtos manufaturados, que representavam 61% das importações no início da liberalização, passaram a 84% nos últimos anos da série. Suas exportações também cresceram, mas a taxa bem menor. Por outro lado, o menor crescimento do comércio coube aos produtos básicos, cujo valor das importações se manteve praticamente inalterado entre o início e final da série enquanto as exportações cresceram cerca de 50%. Em resumo, depois da liberalização comercial, em termos comparativos houve maior crescimento das importações de manufaturados e das exportações de produtos básicos, exatamente a realidade que o programa de substituição de importações pretendeu reverter no passado.

Quando os dados da agricultura são separados para análise, suas vantagens comparativas ficam bastante evidentes: foi o único setor capaz de sustentar saldos comerciais, a despeito da forte apreciação cambial de meados da década de 1990. Após segmentação do setor por valor agregado observa-se que suas tendências são semelhantes às do comércio

geral. As importações cresceram mais do que as exportações e os produtos manufaturados constituem a razão central dessa diferença: sua participação nas importações agrícolas cresceu de 46% para 59% entre o início e final da série analisada.

O comércio de insumos para a agricultura foi desfavorável ao país, apresentando déficits crescentes ao longo dos anos noventa. As exportações brasileiras são relativamente pequenas e cresceram cerca de 50% enquanto as importações aumentaram em 180%. O índice de preço das importações manteve-se praticamente inalterado, logo houve grande expansão da quantidade de insumos adquirida no exterior.

Destaque-se que os bens de capital perderam participação nas importações agrícolas brasileiras; maquinaria e peças são os insumos que apresentaram menor taxa de crescimento da quantidade exportada, fato reforçado por declínio no índice de preços. Isso significa que o maior crescimento das importações de insumo deveu-se aos bens de consumo intermediário destinados à agricultura.

O sucesso brasileiro nas trocas internacionais de produtos agrícolas se deve predominantemente ao crescimento do volume exportado. A comparação entre as médias de 1989-91 e 1999-01 mostra que o comportamento dos preços foi desfavorável ao Brasil para produtos básicos, semimanufaturados ou manufaturados da agricultura. Em todos os casos o índice de preço das exportações foi menor que o das importações, implicando deterioração das relações de troca.

Do conjunto de resultados pode-se inferir que a liberalização comercial induziu certa volta ao passado. As importações cresceram a taxas muito mais elevadas que as exportações e os produtos que lideraram seu maior crescimento foram os manufaturados. Essa conclusão é válida tanto para o total do comércio como para a agricultura, setor que recuperou competitividade na década de 1990. O interessante é que os ganhos de competitividade do setor resultaram do maior crescimento das quantidades exportadas de produtos básicos e semimanufaturados. Em 2002 a CEPAL identificou o Brasil entre os quatro países da América Latina que apresentaram maior grau de desindustrialização após a liberalização comercial. Os resultados evidenciam essa tendência também nas trocas internacionais brasileiras.

5. LITERATURA CITADA

- ALBUQUERQUE, Francisco. *Raúl Prebisch*. Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1989, 163p.
- BACHA, Edmar. *Do Consenso de Washington ao Dissenso de Cambridge*, 2002, mimeo.
- BAUMMAN, Renato; MUSSI, Carlos. A visão da CEPAL sobre a dívida externa. *Cadernos Adenauer*, RJ, Ano II, n. 4, p. 169-98, 2002.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Evolución de las ideas de la CEPAL*. Disponible em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/secretariaejecutiva/7/lcg2037/bielchow.htm>>; acesso em 27/10/03.
- CARNEIRO, Dionísio D. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, et alii. *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 295-322.
- CEPAL. *Globalización y desarrollo*. Abril, 2002. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/> acesso em 12/09/02 – 10:29 hs
- DAMILL, M.; KEIFMAN, S. Liberalización del comercio en una economía de alta inflación: Argentina 1989-91. *Pensamiento Iberoamericano*, Revista de Economía Política, Madrid, v. 21., Enero-Junio 1992 , p. 103-128.
- FERRER, Aldo. La globalización y la contribución histórica de la CEPAL. In: *Modelos e políticas de desenvolvimento*: tributo a Aníbal Pinto. Rio de Janeiro, Seminário Internacional, BNDES, junho de 1998.
- FITZGERALD, Valpy. La CEPAL y la teoría de la industrialización. *Revista de la CEPAL*, numero extraordinario. Disponível em: <http://eclac.cl/publicaciones/secretariaejecutiva/7/lcg2037/valpy.htm>. Acesso em 23/09/02, 10:20hs.
- GONÇALVES, Reinaldo. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 5, n. especial, p. 13-34.
- GORE, Charles. The rise and fall of the Washington Consensus as a paradigm for developing countries. *World Development*, Vol. 28, n. 5, pp. 789-804, 2000
- HELFAND, Steven M.; REZENDE, Gervásio C. *Brazilian agriculture in the 1990s: impact of the policy reforms*. Rio de Janeiro, IPEA, abril/2001 (Texto para discussão n. 785)
- HOMEM DE MELO, Fernando. A abertura comercial e o papel dos aumentos de produtividade na agricultura brasileira. *Estudos Instituto Futuro Brasil*, disponível em: <<http://www.ifb.com.br/documentos/hdemelo.pdf>> acesso em: 06/03/03
- NAÇÕES UNIDAS. Relações de troca post-guerra entre países sub-desenvolvidos e países industrializados. *Revista Brasileira de Economia*. RJ, 3(3):15-46, set. 1949.
- OLIVEIRA, Gesner; ALLAIN, Marcelo. The recent Brazilian trade liberalizations in historical perspective. São Paulo, EAESP/FGV (Texto para discussão n. 15)
- PINTO, Maurício B. P. Exportações brasileiras de manufaturados: crescimento e mudança de estrutura. São Paulo, IPE (Série Ensaio Econômico, 24).
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*. RJ, 3(3):47-111, set. 1949.
- STIGLITZ, Joseph E. *El malestar en la globalización*. Buenos Aires, Argentina, Taurus, 2002, 348p.

VICENTE, José R. et al. Sistema de importações e exportações dos agronegócios. São Paulo, Série Ação Apta 5, 2002.